

V ENECULT

QUINTO ENCONTRO DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES EM CULTURA

V ENECULT - Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura
27 a 29 de maio de 2009
Faculdade de Comunicação/UFBA, Salvador-Bahia-Brasil.

CENTRO HISTÓRICO DE SALVADOR. DO HIBRIDISMO CULTURAL À ESSENCIALIZAÇÃO DAS IDENTIDADES TERRITORIAIS E CULTURAIS

Tânia Regina Braga Torreão Sá¹

RESUMO. Uma discussão sobre os conceitos de ‘território’, ‘identidade’ e ‘cultura’ não pode deixar de constatar a polissemia que esses termos guardam. Não obstante, a relevância dessa discussão é ainda maior, se forem consideradas as tensões que se manifestam entre, de um lado, o hibridismo cultural e, do outro lado, a essencialização das identidades territoriais, entendidas enquanto fenômenos estreitamente relacionados com o fenômeno da globalização. Sem deixar de reconhecer a existência de uma crise na escala dos Estados Nações, também, a análise da territorialização de lugares como o Centro Histórico de Salvador é muito instigante, porque é nesses espaços que o contrato social moderno, com suas micro constelações institucionais e as identidades parcelares dos diferentes grupos sociais, são territorializadas e homogeneizadas.

Palavras chave: Centro Histórico de Salvador, Hibridismo cultural, Essencialização das identidades, Territórios.

“[...] a crise da identidade seria o novo mal do século. Quando hábitos seculares vêm abaixo, quando gêneros de vida desaparecem, quando velhas solidariedades desmoronam, é comum, certamente, que se produza uma crise de identidade... A verdade é que, reduzida a seus aspectos subjetivos, uma crise de identidade não oferece interesse intrínseco. Melhor seria olhar de frente as condições objetivas das quais ela é sintoma e que lhe reflete [...]” (STRAUSS, L. 1977, p.10-11)

As palavras de Lévi-Strauss evidenciam que desde a década de 1970 vivemos uma crise de identidade. Uma crise de tal vulto, que ele a denominou de “novo mal do

¹ Doutoranda do Programa Multidisciplinar de Pós Graduação em Cultura e Sociedade (POSCULTURA/UFBA). Docente Assistente do Departamento de Ciências Humanas e Letras da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (DCHL/UESB). Pesquisadora do Grupo Território, Cultura e Movimentos Sociais (TECEMOS/CNPq). E-Mail: taniatorreao@ig.com.br

século”. Se pensarmos nos dias de hoje, então, poderemos perceber que esta crise se acentuou pela fragmentação da pós modernidade, devido as questões étnicas, religiosas e disputas territoriais que fez com que outras expressões identitárias, tomadas como minoritárias e ‘marginais’ há algum tempo atrás, entrassem na ordem do dia, a ponto formar-se um extravagante culturalismo que ambiciona não, mas fornecer ‘a explicação’ dos conflitos, mas, conquistar novos *loci* de poder, novos lugares de fala para as minorias, aonde a cultura que estava na margem possa ter condições de aparecer.

Lévi-Strauss também chama atenção que, muito mais do que dedicarmo-nos aos aspectos subjetivos desta crise de identidade, devemos estar atentos às condições objetivas que ela produz, daí não podermos prescindir de considerar a abordagem geográfica da identidade, isto é, as chamadas identidades territoriais, configuradas tanto em relação ao nosso tempo – ao nosso passado, à nossa memória e imaginação – quanto em relação ao nosso espaço, base material sobre a qual a cultura está calçada.

Nosso intuito neste ensaio é então, trazer á tona o debate contemporâneo das identidades, tomando como exemplo a ser estudado o Centro Histórico de Salvador, focalizado a partir da sua dimensão espacial ou, de forma mais estrita, territorial, tanto no que se refere ao seu caráter híbrido e flexível, quanto essencializado e fechado.

Muito embora reconhecendo a existência de uma crise dos Estados Nações, também, a análise da multiterritorialização na escala dos lugares como o Centro Histórico de Salvador é muito instigante, pois é nesses espaços que o contrato social moderno, com suas microconstelações institucionais e as identidades parcelares dos diferentes grupos sociais, são territorializadas e homogeneizadas, reforçando assim os critérios de inclusão/exclusão.

Pode-se discutir a crise da identidade territorial de lugares como o Centro Histórico de Salvador, mas, não se pode admitir que haja homogeneidade dentro desta crise, pois, se de um lado, as identidades deste lugar se fragilizam, pelos efeitos da globalização – estandarização e espetacularização cultural –, por outro lado, ela ganha nova relevância. Pretendemos assim desenvolver a idéia de que, apesar de teórica e conceitualmente serem tratadas como identidades híbridas, móveis ou mesmo flutuantes, as identidades de lugares como o Centro Histórico de Salvador se expressam hoje, como um *continuum* que vai desde as identidades mais abertas e explicitamente híbridas, até as mais rígidas e essencializadas. Paralelamente a esta múltipla composição identitária, teríamos não exatamente como seu reflexo, mas como seu constituinte

indissociável, o território, aberto ou fechado, dentro do que propomos denominar de reclusão territorial.

Esses processos de fechamento e abertura estão ligados a pressupostos mais gerais referidos as construções identitárias, na medida em que, todos nós vivenciamos a tensão entre a construção de um sentido mais estável da identidade territorial e a busca por uma crescente autonomia e liberdade. A questão que se impõe, portanto é, como cada grupo social que experiencia viver (n) o Centro Histórico de Salvador – isto é, os moradores, turistas e freqüentadores – resolve essas tensões. O que aparenta estar acontecendo é um movimento de duplo sentido, pois, se de um lado, tem-se apelado para o pólo da liberdade e da autonomia – que inevitavelmente tem conduzido a uma crítica em relação aos efeitos da fetichização da cultura de matriz africana ‘reinventada’ na Bahia –, do outro lado, tem-se privilegiado o pólo da estabilidade, da fixação e do fechamento em identidades unas, ‘naturais’ e essencializadas, como se a identidade territorial se desse a ver apenas, a partir da utilização dos referenciais físicos, que levam em conta a localização sistemática, principalmente. O que se sobressai diante de tudo isto é que, o espaço tempo se move hoje claramente num ir e vir entre dois pólos.

Araújo e Haesbaert (2007) nos convocam para discutir teoricamente o tema do fechamento e abertura das identidades territoriais. Segundo eles, para avançar nesta discussão, devemos começar por destrinchar o elo indissociável entre território e cultura ou, mais especificamente, entre território e identidade, pois, como quaisquer conceitos, estes dois são definidos através da proposição contrastiva com outros conceitos, que lhes dão sentidos não propriamente opostos, mas de comparação. Desse modo, pode-se dizer convencionalmente que o conceito de “cultura” emerge a partir do contraste com o conceito de “natureza”. Quem discute a relação dialética entre o conceito de cultura e natureza é Eagleton (2007). Segundo ele:

“[...] A natureza mesma produz os meios de sua própria transcendência... Como veremos depois, existe algo estranhamente necessário acerca da superabundância gratuita que denominamos cultura. Se a natureza é sempre de alguma forma cultural, então as culturas são construídas com base no incessante tráfego com a natureza que chamamos de trabalho. As cidades são construídas tomando-se por base areia, madeira, ferro, pedra, água e assim por diante, e são assim tão naturais quanto os idílios rurais são culturais. O geógrafo David Harvey argumenta que não há nada de “antinatural” a respeito da cidade de Nova Iorque, e duvida que povos tribais possam ser considerados “mais próximos da natureza” do que o ocidente [...]” (grifos do autor, 2005, p.12-13)

O conceito de “identidade” é também trabalhado em comparação com o conceito de “diferença”. Sobre o relacionamento entre estes, Silva (2000) diz o seguinte:

“[...] Em uma primeira aproximação, parece ser fácil definir "identidade". A identidade é simplesmente aquilo que se é: "sou brasileiro", "sou negro", "sou heterossexual", "sou jovem", "sou homem". A identidade assim concebida parece ser uma positividade ("aquilo que sou"), uma característica independente, um "fato" autônomo. Nessa perspectiva, a identidade só tem como referência a si própria: ela é autocontida e auto-suficiente. Na mesma linha de raciocínio, também a diferença é concebida como uma entidade independente. Apenas, neste caso, em oposição à identidade, a diferença é aquilo que o outro é: "ela é italiana", "ela é branca", "ela é homossexual", "ela é velha", "ela é mulher". Da mesma forma que a identidade, a diferença é, nesta perspectiva, concebida como autoreferenciada, como algo que remete a si própria. A diferença, tal como a identidade, simplesmente existe. É fácil compreender, entretanto, que identidade e diferença estão em uma relação de estreita dependência.... Da mesma forma, as afirmações sobre diferença só fazem sentido se compreendidas em sua relação com as afirmações sobre a identidade. Dizer que "ela é chinesa" significa dizer que "ela não é argentina", "ela não é japonesa" etc., incluindo a afirmação de que "ela não é brasileira", isto é, que ela não é o que eu sou. As afirmações sobre diferença também dependem de uma cadeia, em geral oculta, de declarações negativas sobre (outras) identidades. Assim como a identidade depende da diferença, a diferença depende da identidade. Identidade e diferença são, pois, inseparáveis [...]" (p.77-78)

Ao definirem cultura e a identidade, natureza e diferença, portanto, nunca fazemos isto por separação, mas pelos elos que as perpassam, na medida em que devem estes só podem ser vistos enquanto inseridos um no outro, tornando-se assim parcelas indissociáveis de suas próprias definições.

E se, o conceito de cultura e identidade se entrecruzam, com o conceito de território ocorre à mesma coisa, pois, o território aparece ao longo do tempo e na maior parte das reflexões teóricas como um conceito capaz de apreender uma das principais dimensões do espaço geográfico. Deste modo, o conceito de território contrasta e se cruza com outros conceitos como região, paisagem e lugar, todos eles chaves para a Geografia, e porque não dizer, para a compreensão do mundo.

Hoje, quando celebramos os hibridismos culturais, os conceitos estão longe de carregar a ambição formal de outrora, e às vezes também aqui precisamos trabalhar mais com interseções e ambivalências do que com fronteiras rigorosas. Por isso abordamos o caráter contrastivo dos conceitos, num sentido que pode lembrar a *différence* mencionada por Derrida (1995), aonde um acabará sempre sendo redefinido

pelo outro, numa re-significação sempre em aberto. Desse modo, não há cultura sem natureza, não há identidade sem diferença, do mesmo modo que, não há lugares, regiões e paisagens sem territórios.

Não nos esqueçamos, todavia, que no caso em questão, o elo entre a identidade e o território Centro Histórico de Salvador, com todas as suas ressignificações, reidentificações, estão mergulhadas em relações de poder que se expressam tanto dentro, quanto fora dos limites territoriais formalmente instituídos, estando sujeitos aos mais diversos jogos, ora mais impositivos, ora mais abertos, que implicam na formação de grupos sociais marcados pelas desigualdades, por múltiplos processos de dominação e pela capacidade de negociar, também, os seus lugares de poder. Se identificar com esses grupos implica, portanto, numa forma de classificá-los, inclusive, utilizando o território como uma escala de valor indispensável para essa finalidade.

Não podemos esquecer, no entanto que, o poder não se refere apenas às esferas centralizadoras do Estado. Numa interpretação de base foucaultiana, o poder ao qual nos referimos se estende por todas as esferas/escalas da sociedade, permitindo reações de toda ordem, desde o surgimento dos microterritórios de resistência, como é o caso da *Rocinha do Pelô*, até as redes globalitárias de especulação imobiliária que avalizam a gentrificação² do Santo Antônio Além do Carmo, por exemplo. Assim, ainda que prestigie a dimensão política, o território Centro Histórico de Salvador carrega também uma complexidade que se constrói a partir destas relações de poder, um poder que está mais do que claramente identificável e que também é difuso, multifacetado e “rizomático”, para utilizar uma explicação de Deleuze e Derrida.

A mobilidade crescente e a complexidade das relações espaço tempo levam, portanto, a constituição de novas territorialidades – melhor dizendo, levam a novos processos de territorialização – também moveis e de caráter múltiplo – tanto em sua constituição político econômica, quanto simbólico cultural. Assim, cremos que ocorre o que Haesbaert (2007) chama de “[...] mutação nas formas da relação entre território e identidade [...]” (p.46), isto porque, a territorialização se tornou múltipla e complexa, afetando as nossas construções identitárias tanto no sentido do território identidade, quanto no sentido da identidade território.

² Chamamos de gentrificação ou enobrecimento urbano a um conjunto de processos de transformação espaciais que ocorrem, com ou sem a intervenção estatal, e que promovem a desterritorialização dos moradores tradicionais, em nome da promoção da especulação imobiliária, e conseqüente reterritorialização espacial, por outros grupos sociais, principalmente, pessoas estrangeiras.

O aumento generalizado das mobilidades efetivas (viagens e movimentos migratórios em geral) e virtuais (midiáticas: a leitura do jornal, o assistir da TV, o ouvir o rádio, o acesso à internet), nos mais diferentes níveis e setores da sociedade, fez que a identidade se constituísse a partir do movimento, contudo, é preciso estar atentos para não confundir essas mobilizações com a desterritorialização. O que tratamos aqui é da multiterritorialidade, isto é falamos de “[...] novas formas de organização territorial, marcadas pela sobreposição e/ou descontinuidade, pelo movimento, pela crescente multiplicidade e “hibridismo” [...]” (HAESBAERT, R. 2007, p. 47).

E por que nos aproximamos do tema da hibridização cultural? Porque os processos culturais de hibridização do Centro Histórico de Salvador implicariam no surgimento de territórios múltiplos e híbridos. O hibridismo sendo reconhecido como mais um destes conceitos que foi primeiro assimilado negativamente, sendo assumido como sinônimo de perversão e degeneração racial. Depois, graças às contribuições de teóricos como Homi Bhabha (1998) e Stuart Hall (2005) passou a ser sinônimo de total positividade, de caráter aberto, democrático ou enriquecedor da cultura.

Sem levar em conta o sentido positivo ou negativo, entretanto, o hibridismo está associado não com a desterritorialização, mas com a multiterritorialidade. Haesbaert (2001) realizando uma leitura do território que enfatiza a dimensão cultural, nos lembra que a desterritorialização está vinculada ao desenraizamento e ao enfraquecimento das identidades territoriais. Assim, o conceito de território pode estar ligado a uma conotação meramente culturalista e, muitas vezes, confundir-se com o conceito de não lugar. Isto acontece porque, estes não territórios esvaziam-se de sentido, enquanto espaços aglutinadores de identidade, na medida em que, as pessoas que nele habitam, ou que a ele freqüentam, não mais desenvolvem dentro desses laços simbólicos e afetivos. Além disso, na construção de suas identidades territoriais-culturais, cada vez menos seria sentida a participação das referências espaciais ou da relação com um espaço de referência identitária.

Na realidade, mais do que perderem vínculos de identificação com espaços determinados, o que ocorre com maior freqüência é que as pessoas criem novos vínculos identitários com mais que um território e/ou redefinam as suas relações com os territórios em que habitam, mobilizadas por uma visão que é, na maioria das vezes construída fora dele. Esta segunda alternativa é o que aparenta estar ocorrendo no Centro Histórico de Salvador, tudo isto levado a efeito por um intensíssimo reposicionamento da imagem deste espaço, frente à mídia especializada do turismo.

Nesse território instável, múltiplo e híbrido ocorre assim um claro processo de multiterritorialização, que se caracteriza de forma sucessiva de viver e experimentar cada parte deste território.

No Centro Histórico de Salvador, um dos eventos que instigou ainda mais o surgimento de múltiplas territorialidades foi a requalificação de 1992. A partir da análise dos efeitos deste, que foi o maior projeto de intervenção urbanística já realizado no Brasil, pós-construção de Brasília, poderíamos perceber tanto a essencialização da identidade – construída a partir da aceitação da existência de uma *idéia de Bahia* (PINHO, O. 1998, p.1) que ancora as reinvenções da cultura africana que chegou a este Estado –, tanto quanto a reclusão territorial, manifestada por alguns grupos de moradores que recusam a idéia de apropriação deste espaço, e conseqüentemente da cultura baiana, pela dinâmica mercantil do turismo.

O que se pode constatar é que as multiterritorialidades que surgem no Centro Histórico de Salvador, a partir de 1992, levaram a proliferação e mesmo a fusão de fronteiras de múltiplos espaços de identidade, segregados/segregadores, do mesmo modo que também induziram a um entrecruzamento de traços culturais híbridos articuladores de novas e mais abertas identificações territoriais. Assim, pode-se afirmar que, os territórios do Centro Histórico de Salvador – o turístico, o da mendicância, tráfico de drogas, prostituição, o do comércio e serviço – vinculam-se e articulam-se a partir da apropriação de poderes simbólicos que ora reforçam a segregação e o fechamento – naquilo que denominamos de reclusão territorial – ora, potencializam uma dinâmica de convívio ou de ativação de suas múltiplas identidades. Indo um pouco mais a fundo nesta discussão, poderíamos até mesmo aplicar uma escala de tempo aonde estas disposições ao hibridismo se tornam mais sensíveis: no carnaval, por exemplo, enquanto baianos, aparentamos estar mais disponíveis á dinâmica do convívio com o ‘estrangeiro’, contudo, após o período de festas, assumimos uma postura mais centrada nas rotinas da vida cotidiana.

Há um certo consenso quanto a admitir que em espaços cultural e geograficamente ‘multiterritorializados’ como o Centro Histórico de Salvador, é impossível delinear um único movimento preponderante de transformação ou mesmo é inaceitável tentar definir uma direção dominante dentro deste movimento. No máximo poderíamos falar de tendências à territorialização/desterritorialização que advogam geralmente favoráveis a um mundo sem fronteiras, um mundo paradoxalmente unido e dividido pelas questões ligadas as identidades. O que se coloca como factível nestas

circunstâncias, é a impossibilidade de compreendermos territórios como este com a pretensão geograficamente universalista e historicamente linear dos instrumentos lógicos e totalizantes com os quais, conservadoramente, tradicionalmente, tentamos interpretá-lo quando dispúnhamos de ‘estatutos de verdade’ que mais se assemelhavam a dogmas ou doutrinas.

Nem a abordagem essencialista que ‘congela’ a diferença entre os grupos sociais, tampouco a abordagem construtivista que investe na ‘diluição’ das diferenças, no desejo ambivalente de, ao mesmo tempo, reafirmar e transcender as questões identitárias, dão conta de esgotar a complexidade das questões identitárias. Segundo Isin e Wood (1999) frequentemente negligenciamos o fato que:

[...] identidades não são somente formadas por grupos buscando reconhecimento, mas também por grupos buscando a dominação, sendo inadequado colocar o foco sobre um aspecto da realidade (fluidez e multiplicidade) às custas do outro (solidez e relativa permanência [...]) (p.19)

Neste ensaio propomos associar ‘o outro lado’ dos processos de multiterritorialização, com os processos de re-essencialização identitária, claramente evidenciada pela proliferação dos fundamentalismos notadamente territoriais, étnicos e religiosos que são comuns na cidade de Salvador. Não fazemos isto querendo assemelhar a multiterritorialização com uma espécie de ‘contra face’, dialeticamente articulada à territorialização, cada vez mais múltipla de nosso tempo, mas, tomando-a como o lado ambivalente da questão, que se insere em um jogo preñado de contradições. Fazemos isto, também, porque abandonamos a visão ‘romântica’ que percebe o hibridismo cultural como um bem em si mesmo. Tomamo-o como algo que permite a gentrificação e como um processo que aceita perfeitamente tanto a essencialização quanto à reclusão das identidades territoriais e que, portanto, se sente confortável para construir e desconstruir identidades, também.

Assim, a aparente dinâmica da desterritorialização, que na verdade pode se referir à abertura para a experimentação múltipla das territorialidades, pode também jogar a favor do seu contrário: uma espécie de retorno às territorialidades mais exclusivistas e fechadas. Diante da aparente perda de referenciais identitário-territoriais e/ou frente a uma crescente fragilização material e simbólica, ou ainda através de uma avaliação crítica em relação à velocidade das transformações e multiplicidade dessas referências, muitos grupos se apegam às suas raízes identitárias, que se tornam assim

uma espécie de último ‘capital’ (simbólico), reconstruído através da história e da geografia e, por isto, tido como sólido e indestrutível.

Devemos reconhecer ainda que, este ‘retorno às origens’, ou aquilo que é encarado como o elemento menos vulnerável, mais duradouro ou enraizado na reprodução dos grupos sociais, não é uma prerrogativa dos grupos subalternos, pois pode se manifestar também entre os grupos hegemônicos, evidenciando por parte desses grupos, um temor pelo ‘novo’. Para os que dispõem de ferramentas menos potentes de negociação a argumentos que justifiquem a visibilidade de suas culturas é a insegurança sobre a possibilidade de desaparecer, que pode levá-los a recorrer à sobrevalorização ou manipulação excessiva de seus recursos simbólico identitários.

Apesar do caráter susceptível as mudanças, as identidades territoriais manifestam-se de modos diferentes, temporalmente falando, valendo a pena destacar que, o fato de serem mais sensíveis as transformações, não significa que sejam necessariamente frágeis. Aliás, se recorrermos a História, perceberemos que dentro de um conjunto de fenômenos sócias, os processos identitários territoriais – principalmente aqueles ligados às questões étnicas e religiosas – enquadram-se como os que tiveram a mais longa duração.

Ancoradas, portanto, em referenciais espaço temporais, as identidades territoriais acabam ganhando uma aparência de concretude, e por conta disto são essencializadas, como se fizessem parte indissociável dos grupos a que se referem. O que parece evidente é que, o poder dessas identidades, é tanto mais enfático, quanto maior for a eficiência destes grupos em ‘naturalizar’ estas identidades. Fortalece-se assim, o mito dos pais fundadores e da origem em comum que investe no paradoxo da homogeneização das diferenças. A referência ao território, neste sentido, justifica-se porque, enquanto entidade material, é neste espaço que está garantido a partilha da convivência em comum por parte dos grupos sociais.

A naturalização da idéia de pertencimento territorial, no entanto, tem que ser encarada com reservas, porque implica em uma espécie de manipulação e conseqüente redução teórica do conceito de ‘direito adquirido’, que impõe aos grupos sociais uma série de parametrizações comportamentais, sociais, estéticas, éticas e morais que, por sua vez, conduzem a legitimação da identidade desses grupos, tomando-se como ponto nevrálgico para isto, o laço territorial, matematicamente construído. A idéia de ‘pertencimento natural’ a um dado território, inclusive, ajuda a recompor algumas leituras deterministas e biologizantes da territorialidade, segundo a qual o

comportamento territorial humano decorre de sua origem, numa extensão do comportamento territorial dos animais. A partir da naturalização da idéia de territorialidade, também, surgem expressões territorialistas como o termo *baianidade*, que a despeito de ser representativo de um recorte territorial e geográfico muito reduzido – representativo da cultura produzida na cidade do Salvador e Recôncavo baiano, principalmente – se generalizou de tal forma, que hoje representa, reduz e essencializa a Bahia como um todo. E, se, há um território que foi classificado como rascunho territorial dessa idéia de Bahia, este território é o Centro Histórico de Salvador.

Concordamos com Badie (1995), segundo quem:

“[...] os discursos identitários se atêm (à “naturalização”) para estender ao território a qualidade indiscutível de atributo natural da identidade reivindicada. A estratégia que daí deriva é clara e cada vez mais difundida: uma identidade deve corresponder a um território [...]” (grifos do autor, p. 56)

Haesbaert (2007) denomina o processo supramencionado de “reclusão territorial”. Embora os processos de globalização tenham afetado muito este tipo de “reclusão”, é importante lembrar sempre o movimento desigual com que os processos globalitários se difundem.

Na realidade, o que estamos identificando como processo de acirramento de naturalizações e essencialismos identitários não está ligada simplesmente ao que Hall (2003) chama de “identidades de resistência”. Na medida em que os próprios circuitos da globalização capitalista – e a biopolítica que a acompanha – instauram “espaços de exceção” (AGAMBEN, 2002, p.73), aonde não funciona o padrão jurídico político formal do Estado. Nesses espaços de exceção, criam-se as condições e ambientes favoráveis à produção de novos territorialismos identitários.

PARA (NÃO) CONCLUIR...

Sem sombra de dúvidas os processos de identificação social estão revelando o caráter relacional e, ao mesmo tempo, híbrido das identidades. No caso das identidades cuja coesão é construída a partir de referentes espaciais/territoriais, como é

o caso do Centro Histórico de Salvador, é preciso considerar que os processos de globalização trouxeram sérios complicadores.

Com a globalização, não só temos somente muitas identidades num movimento mais aberto, mas o próprio espaço e o território passaram a ser construídos de forma muito mais múltipla e complexa, valendo a pena pensar neles como uma grande teia, articulada por pequenos nós. Neste sentido, reconhecemos, que a construção de identidades territoriais, envolve um movimento que vai da identidade ao território e do território a identidade. Embora, na prática estejam sempre articulados de forma concomitante e indissociável, alguns casos sugerem reconhecer o predomínio de uma direção em relação à outra, sobretudo, para enfatizar o papel das representações territoriais nesses contextos.

Assim, a partir da iniciativa de alguns incorporadores imobiliários, que investiram na gentrificação de áreas como o Santo Antônio Além do Carmo e Saúde, o que vemos se manifestar é uma espécie de 'imposição' de territórios e, com ele uma identidade territorial que, fora do sentido político-estratégico, certamente não se articularia. A quantidade de exemplos desses territórios impostos são inúmeros: os territórios administrativos, aonde foram instalados órgãos públicos, inclusive, a própria Secretaria de Cultura do Governo do Estado (SECULT) e o Instituto do Patrimônio, Artístico e Cultural da Bahia (IPAC); os territórios do tráfico de drogas; da prostituição (das mulheres, dos homens, das meninas, dos meninos); dos serviços, um para os turistas e outro para os moradores e/ou frequentadores do Centro Histórico e, dentro deles microterritorialidades que se contrastam e, ao mesmo tempo, se fundem, todas elas compondo uma intrincada lógica territorial, que se constrói a partir de grandes tensões.

Isto significa que, ao lado do que reconhecemos com um hibridismo crescente de identidades e territórios – construindo complexas territorialidades que incluem a própria identidade referenciada a espaços em movimento –, temos, concomitantemente, o relativo fechamento de diversos grupos, especialmente os mais subalternizados, partidários de teses fundamentalistas que pretendem assegurar a dominância de seus pressupostos identitários através da reclusão em espaços/territórios cada vez mais exclusivos –, ou que, por outro lado, criaram ou reforçaram um senso de exclusivismo identitário ao serem forçados à reclusão territorial. Sem esquecer que, em nome de discursos como os da insegurança e da invasão cultural também os grupos hegemônicos desenvolvem formas renovadas de fechamento e impermeabilidade culturais.

O que não podemos fazer é confundir a nossa simpatia por identidades mais abertas e plurais com a realidade efetiva do nosso entorno, que mescla uma grande heterogeneidade de manifestações. É a existência desta multiplicidade de processos de identificação e seu convívio paradoxal que nos permite afirmar que não temos hoje, nas práticas sociais efetivas, um padrão ou uma forma geral de identidade (ou identificação) territorial, muito menos um direção segura e definida para o futuro.

Torna-se fundamental, por isso, tal com tem mostrado os chamados estudos pós coloniais, a contextualização histórico-geográfica de cada movimento de construção identitário territorial, sem nunca desistir da luta contra a xenofobia e os territorialismos, buscando, de certa forma, a utopia de Saramago (1998), isto é “[...] um mundo...que, para todo o sempre, declarasse intocável o direito de cada qual ser ‘persa’ pelo tempo que quiser e não obedecendo a nada mais que às suas próprias razões [...]” (p.25).

REFERÊNCIAS

- AGAMBEN, G. **Homo Sacer: o poder soberano e a vida nua**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002.
- ARAÚJO, F. G. B. de & HAESBAERT, R. (orgs) **Identidades e territórios**. Questões contemporâneas. Rio de Janeiro: Access, 2007, 136p.
- BADIE, B. **O fim dos territórios**. São Paulo: Martins Fontes, 1995.
- BHABHA, H. **O local da cultura**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998, 395 p.
- DERRIDA, J. **A escritura e a diferença**. São Paulo: Perspectiva, 1995.
- HALL, S. **Da diáspora**. Identidades e mediações culturais. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003, 410 p.
- HAESBAERT, R. Território, Cultura e Desterritorialização. In: ROSENDHAL, Zeny e CÔRREA, Roberto Lobato. (orgs.) **Religião, identidade e território**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001.
- HOBSBAWN, E. & RANGER, T. **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

ISIN, E. e WOOD, P. **Citizenchip & Identity**. Londres: Trousand Oaks e Nova Delhi, Sage, 1999.

LEVI-STRAUSS, C. (org.) **L'Identité**: Seminaire interdisciplinaire dirige par Claude Levi-Strauss. Paris: Quadrige e PUF, 1977.

PINHO, O. A. "A Bahia no fundamental: notas para uma interpretação do discurso ideológico da baianidade" In: **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 13, nº 36, fev. 1998.

SARAMAGO, J. **Chiapas, nome de dor e esperança**. Folha de São Paulo, 7 de junho, 1998.

SILVA, T. T. da. A produção social da identidade e da diferença. **Identidade e diferença**: a perspectiva dos Estudos Culturais. Petrópolis: Vozes, p.73-102.